

A GEOPOLÍTICA DE UMA MODERNIZAÇÃO: PLANEJAMENTO E EXPANSÃO CAPITALISTA NO CEARÁ DE 1960-1980¹

THE GEOPOLITICS OF A MODERNISATION: PLANNING AND CAPITALIST EXPANSION IN CEARÁ OF 1960-1980

LA GEOPOLÍTICA DE UNA MODERNIZACIÓN: PLANIFICACIÓN Y EXPANSION CAPITALISTA EN CEARÁ DE 1960-1980

Átila de Menezes LIMA²

atilageo999@yahoo.com.br

José MENELEU NETO³

jmeneleu@gmail.com

RESUMO

Este artigo debate sobre o papel da eletrificação no planejamento estatal industrial para a modernização e expansão das forças produtivas, e sua relação com a sociedade de consumo de bens duráveis, em território cearense no período de 1960 a 1980. Destaca a importância da análise documental e histórica como procedimento metodológico para compreensão geográfica. Reafirma a categoria da particularidade, fundamental para a apreensão do real. Pressupõe que a expansão capitalista em países de passado colonial tem especificidades em sua formação social que se refletem tanto em seu processo de modernização, urbanização, assim como na luta de classes. A análise trata sobre o papel da eletrificação como um símbolo e uma evidência da modernização, concluindo que na realidade cearense, a eletrificação foi fundamental junto com os incentivos fiscais para a atração de indústrias e para transformações socioeconômicas no estado cearense, assim como na concretização do modo de vida urbano capitalista que se tornou bem mais evidente nas relações de trabalho, de consumo e troca.

Palavras-chave: Planejamento governamental. Desenvolvimento capitalista. Sociedade de consumo.

ABSTRACT

This article discusses the role played by electrification in state industrial planning made to modernize and expand the productive forces, and their relationship with the consume society of durable goods, in the territory of Ceará between 1960 and 1980. It highlights the importance of documental and historic analysis as a standard methodology used for the geographic understanding. It

¹ Este artigo é fruto das reflexões de nossa tese de Doutorado que ainda se encontra em andamento denominada “Virgílio Távora e a geopolítica da modernização: o processo de eletrificação do Estado do Ceará de 1950 a 1980” e objetiva debater a espacialização das forças produtivas em território cearense a partir da eletrificação advinda da usina de Paulo Afonso.

² Doutorando em geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografias da Universidade Estadual do Ceará/UECE

³ Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Geografias da UECE.

reaffirms the category of the particularity, essential for the realization of the real. It assumes that the capitalist expansion in countries of previous colonization periods has particularities in its social formation, reflecting both in the modernizing/urbanizing process and in the class conflicts. The analysis concerns the role of electrification as a symbol and an evidence of modernization, concluding that in the local reality of Ceará, it was remarkably important together with tax incentives to attract industries and for the socioeconomic transformations in the state, as well as in defining the way of capitalist urban life that became even more patent in the work, consume and exchange relationships.

Keywords: Governmental planning. Capitalist development. Consume society..

RESUMEN

Este artículo investiga el papel de la electrificación en el planeamiento industrial estatal para la modernización y expansión de las fuerzas productivas y su relación con la sociedad de consumo de bienes duraderos, en el estado de Ceará, desde 1960 a 1980. Destaca la importancia del análisis histórico y documental como procedimiento metodológico para la comprensión geográfica. Reafirma la categoría de particularidad, esencial para la aprehensión de lo real. Asume que la expansión capitalista en países con un pasado colonial tiene detalles en su formación social que se reflejaban tanto en su proceso de modernización y urbanización, así como en la lucha de clases. El análisis señala el papel de la electrificación como un símbolo y una evidencia de la modernización, concluyendo que en la realidad local, era instrumento junto con incentivos fiscales para atraer industrias y transformaciones socio-económicas en el estado de Ceará, tal cual en la reproducción de la forma de vida urbana capitalista que se ha vuelto mucho más evidente en las relaciones laborales, de consumo y de comercio.

Palabras clave: Planeamiento gubernamental. Desarrollo capitalista. Sociedad de consumo.

1. INTRODUÇÃO

Em seu livro “*A revolução Urbana*”, Henry Lefebvre lança mão de uma tese na forma de hipótese, qual seja: a urbanização completa da sociedade, ou melhor, da “sociedade urbana”. Esta por sua vez deve ser datada historicamente na sociabilidade do capital e não ser utilizada como o autor adverte a qualquer cidade,

a *cité* grega, a cidade oriental ou medieval, a cidade comercial ou industrial, a pequena cidade ou a megalópoles. Numa extrema confusão, esquece-se ou se coloca entre parêntese as relações sociais (as relações de produção) das quais cada tipo urbano é solidário. Compara-se entre si “sociedades urbanas” que nada têm de comparáveis.(...) (LEFEBVRE, 2004, p.15).

Esta forma de análise, conforme o autor acaba por favorecer ideologias como as interpretações organicistas, continuístas e mesmo análises evolucionistas do urbano e da sociedade urbana.

Para Lefebvre, a “sociedade urbana” refere-se à sociedade que nasce da industrialização, e vai para além desta, se concretizando no sentido do modo de vida urbano capitalista em todos os espaços. Advertimos que as leituras e reflexões elaboradas por Lefebvre partem de uma visão geral e abstrata contida em sua perspectiva metodológica (abstrato-sistemática) ao analisar o capitalismo em sua forma clássica, caso de alguns países europeus. E é neste sentido que indagamos: Em sociedades de capitalismo tardio⁴ ou *híper-tardio* de via colonial, como se deu o desenvolvimento das forças produtivas? Como vem ocorrendo a constituição da sociedade urbana? Seriam os processos e mediações os mesmos das análises de Lefebvre, ou a particularidade dessas formações sociais contém novos elementos para entender a “sociedade urbana”? O intuito aqui não é afirmar teses empiristas, mas sim reafirmar a categoria da particularidade, fundamental para a apreensão do real. Sendo assim, o debate da particularidade é necessário na geografia conforme Silva (1986). Para tanto nos apoiamos nos procedimentos teórico-metodológicos assinalados por Lukács (1978) ao discutir o particular a luz do materialismo histórico dialético. De acordo com Lukács

A ciência autêntica extrai da própria realidade as condições estruturais e as suas transformações históricas e, se formula leis, estas abraçam a universalidade do processo, mas de um modo tal que dêste conjunto de leis pode-se sempre retornar – ainda que frequentemente através de muitas mediações – aos fatos singulares da vida. É precisamente esta a dialética concretamente realizada de universal, particular, singular. (LUKÁCS, 1978, p.88).

Ao entendermos o desenvolvimento das forças produtivas no Brasil em geral e no Ceará especificamente como um movimento dialético, assinalamos para a relativização dialética do universal e do particular. Neste caso Lukács (1978, p.92) assinala que:

⁴ Para uma leitura do capitalismo tardio ver: O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira, de João Manuel Cardoso de Mello (1982). Para o debate sobre o capitalismo *híper-tardio* ver José Chasin nos livros: O integralismo de Plínio Salgado forma de regressividade no capitalismo híper-tardio. 1. ed., São Paulo: Livraria Ciências Humanas 1978) e no livro A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social – Santo André (SP): Ad Hominem, 2000.

(...) em determinadas situações concretas eles se convertem um no outro, em determinadas situações concretas o universal se especifica, em determinada relação ele se torna particular, mas pode também ocorrer que o universal se dilate e anule a particularidade, ou que um anterior particular se desenvolva até a universalidade ou vice-versa. (...).

Este procedimento é de extrema importância para afirmarmos a leitura de Chasin (2000) sobre o capitalismo *híper-tardio* de via colonial e da burguesia de caráter atrofica como um particular que se transforma em universal. Além do mais, é fundamental para negarmos as teses que analisam o Brasil a partir de leituras abstratas e generalistas sobre o modo de produção capitalista e daquelas que singularizam extremamente o capitalismo brasileiro a ponto de negar suas relações com o imperialismo.

Não queremos com isto negar a tese de Lefebvre⁵ de que caminhamos para a urbanização da sociedade, para a “sociedade urbana”, visto que tal fenômeno vem se evidenciando dia após dia com a transformação de todos os seguimentos da vida em mercadoria e pela adoção do modo de vida urbano nos espaços mais longínquos. O que queremos atentar é que a expansão capitalista em países de passado colonial tem especificidades em sua formação social que refletem tanto em seu processo de modernização, urbanização, assim como na luta de classes.

Neste intuito, buscamos compreender o papel de alguns projetos de modernização⁶ (eletrificação, industrialização) para o desenvolvimento das forças produtivas e do modo de vida do capital em território cearense a partir do planejamento estatal capitalista no período entre 1960 a 1980. Foi nesta periodização que surgiram as primeiras propostas de planejamento econômico e social no Estado do Ceará com intuito de modernização e de garantir o desenvolvimento econômico. Tais propostas (pautadas no desenvolvimentismo) teve como carro chefe o Estado (com suas políticas priorizando o discurso e a intervenção no território).

⁵ A tese de Lefebvre é inclusive, uma reelaboração da tese de Marx sobre a expansão e concretização do modo de produção capitalista na sociedade moderna, mas revestidas por novos elementos que fugiam o contexto vivido por Marx.

⁶ Acreditamos que existiram vários projetos de modernização para o Estado do Ceará, dentre as quais as intervenções urbanas do século XIX, as intervenções do Dnocs no início e decorrer do século XX, mas nos detemos aos acima citados.

Para realização de nossos objetivos realizamos análises documentais com ênfase nos Planos de Metas Governamentais – PLAMEGs I e II, elaborados nas gestões de Virgílio Távora (1963-1966 – 1979-1982), buscando evidenciar os principais eixos de investimentos com fins no desenvolvimento econômico. Além disso, procuramos entender qual a relação da eletrificação para o processo de industrialização do Ceará nas décadas de 1960 a 1980 e sua relação com a sociedade de consumo de bens duráveis.

A particularidade de um projeto modernizador e o papel do planejamento

Discutir projetos de modernização⁷, assim como a expansão das forças produtivas capitalistas em formações territoriais típicas de um capitalismo *híper-tardio*⁸ (CHASIN, 1978; 2000), caso da realidade brasileira, é tarefa que exige rigor teórico-metodológico e compromisso com o real para que não caiamos em análises que partam de construções idealistas da realidade negando assim a concretude do real e dos processos e mediações que compõe a totalidade.

A análise da história territorial brasileira deve levar em consideração as características da formação social marcada pela colonização e pela singularidade do desenvolvimento das forças produtivas do capitalismo em território nacional.

Baseando-se na leitura de Chasin (2000; 1978) concordamos com as teses que expressam o conservadorismo e o caráter atrofico e autocrático da burguesia nacional. Chasin (2000, p.44) em seu livro “*A miséria brasileira*” denominou de capital atrofico ao tipo de capital que se configurou para a realidade brasileira, caracterizado por sua debilidade objetiva, própria de um capital induzido externamente, com pouca autonomia sendo subordinado ao imperialismo, incompleto e “incompletável”, dependente do Estado para financiar seus projetos e assentado na superexploração da força de trabalho.

⁷ Para fins objetivos deste artigo, compreendemos a modernização enquanto o processo de assimilação progressiva da técnica na vida social, inaugurada com a revolução industrial.

⁸ Acreditamos fundamentados nas formulações de Chasin (1978; 2000) existirem mais de uma forma de desenvolvimento de capitalismo não-clássico, a exemplo da via prussiana e mesmo a via colonial.

É interessante atentar que este caráter conservador da burguesia nacional foi um entrave para o avanço das forças produtivas em território nacional e mesmo para a implantação mínima de algumas conquistas democráticas da própria democracia burguesa, a exemplo de uma educação pública de qualidade e mesmo para a criação de algumas infraestruturas que propiciariam o avançar do modo de vida capitalista. Isto ficou evidente, quando analisamos os cinco setores propostos pelo Plano de Metas do governo de Kubitsckek (1956-1961): energia, transporte, alimentação, indústria de bases e educação, que seriam favoráveis, na visão cepalina, ao desenvolvimento capitalista no país e que naquele contexto não foram implantados por completo e ainda hoje permanecem como problemas a serem resolvidos no Brasil.

Debatendo a particularidade das relações sociais no Brasil, Moraes (2005c) explica que para entendermos a complexidade da formação territorial brasileira é necessário que compreendamos suas características que podemos listar da seguinte forma baseado no pensamento deste autor: conquista territorial, padrão dilapidador dos recursos, dependência econômica externa, concepção estatal geopolítica, Estado patrimonial, sociedade excludente e tensão federativa.

Ainda segundo Moraes, é pautado nestas características que após a década de 1930 iniciou-se o processo de constituição do Brasil contemporâneo. Nesta lógica a velha concepção de construir o Brasil transformou-se no discurso de modernizar o país, erigir o Brasil moderno, e isto foi a grande meta dos governos a partir de Vargas. Neste sentido, conforme análise de Moraes, na periferia do mundo o modernismo⁹ ocorreu e ocorre como o desenho de um projeto, diferente do centro onde ele foi um movimento articulado e “espontâneo” da sociedade. De acordo com Moraes (2005c), a modernização na periferia é induzida, sendo o Estado o maior agente de difusão de inovações. Para tanto, o instrumento básico para a realização destes objetivos é o planejamento, sendo o plano a representação fundamental da proposta de distribuição das inovações no espaço nacional.

⁹ Moraes (2005) entende Modernismo como expressão teórica da vivência da modernidade, e esta, como a experiência de viver num mundo em constante modernização.

No caso específico do Brasil, conforme o autor foi no primeiro governo de Vargas, na ditadura do Estado novo, que tivemos o iniciar do aparelhamento do Estado para levar a cabo uma proposta de modernização planejada. Ao analisar o papel do Estado Moraes atribui a este o papel de grande agente produtor do espaço, sobretudo por meio de suas políticas territoriais. Segundo Moraes,

é ele o dotador dos grandes equipamentos e das infraestruturas, o construtor dos grandes sistemas de engenharia, o guardião do patrimônio natural e o gestor dos fundos territoriais. Por estas atuações, o Estado é também o grande indutor na ocupação do território. (...). (MORAES, 2005, p.140).

Estas reflexões nos permitem entender a particularidade das formações territoriais de capitalismo *híper-tardio*, caso do Brasil e se tornam bem evidentes no contexto histórico das décadas de 1950 a 1980, período auge do planejamento¹⁰ estatal com intuito de modernização.

O debate até então desenvolvido aponta para uma particularidade da expansão das forças produtivas e para a implementação dos projetos de modernização favoráveis a criação de uma sociedade pautada nos padrões urbanos do capital, qual seja: ao contrário do que ocorreu nos países centrais, onde o processo de desenvolvimento do capitalismo se deu inicialmente e onde as noções de cidadania e de direitos civis eram conhecidas pelo povo, à realidade brasileira demonstra que sua formação social e territorial foi fundamental no processo de acumulação primitiva e de capital daqueles. Acrescenta-se ainda que a participação da sociedade, sobretudo as massas populares na construção de uma proposta de modernização e de construção de seu país foram mínimas, ficando isto, a cargo do Estado e de pequenos grupos a exemplo do Instituto Superior de Estudos Brasileiros - ISEB, e da Escola Superior de Guerra - ESG.

Esta última, conforme Bomfim (2007, p.28), foi responsável pela educação de frações da classe média para a formação de tecnoburocratas a serviço do desenvolvimento e da segurança nacional. Segundo Chasin (2000), isso é típico de um capitalismo de via colonial (*híper-tardio*) onde as

¹⁰ Sobre a temática do Planejamento no Brasil, ver Betty Mindlin Lafer no livro Planejamento no Brasil. 3ª edição, Editora Perspectiva, 1975.

transformações se dão pela conciliação de classes e “pelo alto” caracterizando um Estado autocrático. Outra distinção é que tanto o discurso do projeto civilizatório, assim como o de modernização conforme Moraes (2005) tiveram como perspectiva uma visão geopolítica de intervenção tendo a conquista do espaço, ou seja, do território papel mais importante do que as necessidades da nação.

A realidade cearense é uma evidência dos processos discutidos anteriormente. Com uma formação social e territorial pautada em uma economia agrário-exportadora fica evidente que sua inserção ao grande projeto iluminista de modernização esteve intimamente ligada ao processo dialético de espacialização do modo de produção capitalista.

Com uma base econômica baseada na pecuária e, sobretudo na atividade algodoeira, o Estado do Ceará desenvolveu suas forças produtivas baseadas em relações sociais de trabalho precárias e reinventando outras de caráter “não capitalista”. Mantendo suas bases econômicas em função de uma economia agrário-exportadora até meados dos anos de 1960, o Estado do Ceará, assim como parte do Nordeste brasileiro apresentava um quadro socioeconômico com diversos problemas.

Ao fazermos uma leitura das condições econômicas e sociais do Ceará no período dos anos de 1950 e 1960, evidenciamos que o mesmo possuía uma economia pautada no setor agrário-exportador com predominância em atividades primárias. Fenômeno inverso ocorria na região sudeste do país que já expressava, conforme Oliveira (2003) uma transição de país agrário-exportador para urbano industrial. Dados do IBGE apontam que no ano de 1950 a população rural do Ceará era de 75% do total do Estado. Dez anos depois está caiu para 66% da população.

No que concerne à população economicamente ativa, conforme Ceará (1965, p.6), esta correspondia por 43% da população estando o setor primário na vanguarda, ocupando 71% do total. No caso do setor terciário, este passou de 14% em 1940 para 22% em 1950. No plano econômico, mais especificamente a renda interna, o Estado do Ceará participava segundo IBGE (1960) com cerca de 2 % da formação da renda nacional, 13,2% da renda gerada no Nordeste, ocupando 3º lugar na região e 8º na escala nacional.

LIMA, A.M. & MENELEU NETO, J. A geopolítica de uma modernização: planejamento e expansão capitalista no Ceará de 1960-1980. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 149-171, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

De acordo com Ceará (1965), o setor primário participava com 44% da renda setorial, os serviços com 46 % e o setor industrial com apenas 10%. Os dados em si apresentam que a realidade cearense ao contrário do sudeste, ainda permanecia com um caráter agrário-exportador, carente de equipamentos urbanos e de modernização de suas infraestruturas.

As desigualdades sociais no Ceará, assim como no Nordeste eram motivos de preocupação das classes dominantes do sudeste conforme nos afirma Oliveira (1981, p.124), que receosas de uma revolta popular, e ao mesmo tempo com proposições de assegurar a homogeneização monopolista do centro-sul introduziram a proposta de intervenção planejada via Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, em fins dos anos 1950 e início dos anos de 1960.

Aquele contexto em específico ficou conhecido na história brasileira como Nacional-desenvolvimentismo (conjunto de políticas econômicas por parte do Estado visando o desenvolvimento nacional a partir, sobretudo da industrialização), e por uma série de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais que levaram a necessidade de propostas de planejamento mais sistematizadas de que as tentativas anteriores.

Naquele contexto, de acordo com Celso Lafer (1975) tínhamos de fato, a primeira experiência de planejamento governamental sistematizada e executada no Brasil que foi o Plano de Metas (1956-1961). Posteriormente, outras propostas de planejamento foram executadas a exemplo do Plano trienal (1963-1965), Plano Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970) e os planos nacionais de desenvolvimento, todos com os objetivos de desenvolvimento econômico, industrialização, diminuição das disparidades regionais, combate a inflação e mesmo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. O objetivo principal do Plano Estratégico de Desenvolvimento – PED, por exemplo, conforme afirma Alves e Sayd (1975) era o desenvolvimento econômico e social da nação e pretendia se constituir num “projeto nacional de desenvolvimento” (p.94).

Ao observarmos os documentos sobre o planejamento em finais da década de 1950, caso da SUDENE, assim como o Plano de Metas, fica evidente uma continuidade de propostas que visaram o desenvolvimento

LIMA, A.M. & MENELEU NETO, J. A geopolítica de uma modernização: planejamento e expansão capitalista no Ceará de 1960-1980. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 149-171, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

econômico e social, com forte apelo a dimensão geográfica para execução dos planos, assim como as teorias do *aménagement du territoire*. Os discursos de integração nacional, modernização do país, desenvolvimento regional, diminuição das desigualdades entre as regiões, de conhecer o território e seus recursos necessários ao desenvolvimento econômico e social, se tornaram bem comuns e foram inseridos na prática através de planos de desenvolvimento.

No Nordeste, a SUDENE, através de seus planos diretores propunha a criação de todo um conjunto de projetos visando o desenvolvimento e modernização da região a partir do processo de industrialização, eletrificação, construção e ampliação de estradas, criação de polos de desenvolvimento. A realidade cearense não fugiu a tais proposições. É neste sentido que afirmamos que na conjuntura dos anos de 1960 iniciou-se no Ceará todo um projeto de modernização na sua base produtiva, na estrutura econômica e na criação de infraestruturas inseridas a partir do planejamento estatal. Neste sentido, debatemos no próximo tópico, a implantação de alguns projetos modernizantes com fins de desenvolvimento econômico na realidade cearense que foram propícios ao avançar das forças produtivas¹¹ e para o desenvolvimento do modo de vida urbano.

Virgílio Távora e o desenvolvimento fáustico: planejamento e modernização

Marshall Berman em seu livro *“Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade”* ao debater a tragédia do desenvolvimento em “O Fausto” de Goethe, cria a expressão “modelo fáustico” de desenvolvimento. De acordo com Berman (2007) tal modelo confere prioridade absoluta aos gigantescos projetos de energia e transporte em escala internacional, onde o objetivo é menos os lucros imediatos que o desenvolvimento a longo prazo das forças produtivas, as quais em última instância, ele acredita, gerarão os

¹¹ Entendemos as forças produtivas como um processo de vai muito além do mero desenvolvimento das técnicas. Aquelas, devem ser entendidas como a capacidade da humanidade de intervir e se apropriar da natureza, para fins de saciar suas necessidades materiais e imateriais e garantir o desenvolvimento de outras potencialidades humanas como a arte, a filosofia, a ciência, garantindo assim a construção de mediações favoráveis a uma outra forma de sociabilidade.

melhores resultados para todos. Para isso, em vez de deixar empresários e trabalhadores se desperdiçarem em migalhas e atividades competitivas, o modelo propõe a integração de todos. Desta forma Berman assinala

Com isso criará uma nova síntese histórica entre poder público e poder privado, simbolizada na união de Mefistófeles, o pirata e predador, que executa a maior parte do trabalho sujo, e Fausto, o administrador público, que concebe e dirige o trabalho como um todo. Isso abrirá espaço, na história mundial, para o papel excitante e ambíguo do intelectual moderno – Saint – Simon chamou-o “O Organizador”; eu preferi “O Fomentador” – capaz de reunir recursos materiais, técnicos e espirituais, transformando-os em novas estruturas de vida social. Finalmente, o modelo fáustico criará um novo tipo de autoridade, derivado da capacidade do líder em satisfazer a persistente necessidade de desenvolvimento aventureiro, aberto ao infinito, sempre renovado, do homem moderno. (BERMAN, 2007, p.93).

A longa menção anterior é bem interessante para analisarmos o papel estatal e de determinadas figuras públicas na elaboração e promoção de grandes obras infraestruturais com fins de modernização. Não seria demais a nosso ver comparar a figura do fomentador de Fausto, a figura de Virgílio Távora¹², ao assumir o governo do Estado do Ceará (1963-1966; 1979-1982), ao lançar mão de todo um projeto de modernização visando tirar o Ceará, conforme Távora (1963, p.8) “de uma situação de atraso e subdesenvolvimento, para o progresso”. Isto fica nítido, sobretudo ao analisarmos sua biografia, seus planos de governos, assim como documentos referentes à sua passagem pelo Senado Federal, pelo Ministério de Viação e Obras – MVOP.

No preâmbulo do I PLAMEG ao assinalar os objetivos deste, Távora afirma que “A atuação do Governo no processo desenvolvimentista deve assumir prioridade indiscutível. Cabe-lhe, portanto, dirigir, impulsionar e estimular a sua expansão no setor privado e disciplinar-lhe as inversões no setor público”. No trecho de apresentação do I PLAMEG, temos a seguinte afirmação:

¹² Atentamos que Virgílio Távora teve formação militar assumindo o título de Tenente coronel, graduou-se engenheiro civil, cursou treinamentos de oficial do Exército, tendo inclusive participado da escola de Estado-Maior do Exército e da Escola Superior de Guerra a exemplo de seu tio Juarez Távora. Iniciou sua vida política na década de 1950 sendo ligado a UDN de onde foi secretário geral do diretório nacional de 1953 a 1955. Fez parte de Comissões e relatorias como a de energia atômica e de energia elétrica, além de mandatos na câmara e no senado Federal. Estas informações foram coletadas do arquivo pessoal de Virgílio Távora. Série documentos pessoais – DP, e do arquivo CPDOC, fundo João Goulart da série trajetória política do mesmo.

(...) É certo que, reconhecidas modernamente ao Estado, sobretudo nas regiões subdesenvolvidas, responsabilidades efetivas na promoção do desenvolvimento econômico, ampla área de investimentos lhe está de qualquer modo reservada, notadamente na construção da infraestrutura indispensável à deflagração do processo de desenvolvimento (CEARÁ, 1963, p.1).

Nos trechos anteriores encontramos semelhanças com o fomentador, à figura pública que procura articular o poder público e o privado com o objetivo de desenvolvimento de todos. Isto fica mais evidente quando o governo de Virgílio Távora assinala que “No processo desenvolvimentista não se pode dissociar o fato social do fato econômico porque ambos visam, através do aumento da disponibilidade de bens e serviços, à criação de condições de bem estar da coletividade” (CEARÁ, 1963).

Neste sentido a elaboração do I PLAMEG, apresenta propostas de modernização tanto das bases administrativas, econômicas, produtivas e de infraestruturas, assim como do desenvolvimento da sociedade. Isto fica claro conforme as proposições assinaladas pelo governo Távora (CEARÁ, 1963) de que “o objeto principal do PLAMEG é o Homem, e que, portanto, as portas de desenvolvimento econômico devem ser sempre encaradas como instrumento indispensável ao alcance do objeto básico”.

Para tanto, no documento estão contidas algumas diretrizes bases para a concretização de tais objetivos dentre os quais uma reforma administrativa, a criação do Banco de Desenvolvimento do Ceará - BEC¹³ com fins de ajuda e arrecadação financeira, sobretudo para o setor agropecuário, uma política de modernização rural, açudagem, investimentos em educação e formação profissional, criação de infraestruturas urbanas, saneamento básico e abastecimento de água. Mas as principais diretrizes estavam ligadas a criação de infraestruturas econômicas que propiciassem o desenvolvimento econômico e social do Estado, com destaque para a criação e manutenção de rodovias para garantia da circulação e integração do Estado às demais regiões do país, e a eletrificação do Estado com energia da hidrelétrica de Paulo Afonso.

Outra proposta era transformar o Ceará em III polo industrial do Nordeste. Para a industrialização o I PLAMEG propunha a criação da

¹³ Sociedade de economia mista, o BEC foi criado por lei estadual nº 6.082 de 8/11/63.

Companhia de Desenvolvimento Econômico – CODEC, e por fim a criação da Superintendência de Desenvolvimento Econômico e Cultural – SUDEC, órgão responsável pelo planejamento do Estado.

Preliminarmente, o I PLAMEG estabelecia um investimento global¹⁴ de 68 bilhões de cruzeiros, dentre os quais 46,5 % dos investimentos programados eram para o desenvolvimento econômico, dentre os quais o setor de energia receberia Cr\$ 9,6 bilhões, as rodovias Cr\$ 9 bilhões e agropecuária Cr\$ 7,6 bilhões e 51% eram para a melhoria das condições de vida do homem. Esta é uma das diferenciações ao menos no papel do primeiro para o segundo PLAMEG. Enquanto no primeiro a prioridade era o “bem estar dos homens”, o segundo tinha como prioridade a promoção de atividades produtivas geradoras de riquezas. Além do mais o II PLAMEG visava uma nova arrancada através da aceleração do processo de desenvolvimento com a implantação do III polo industrial do Nordeste.

A nosso ver, as proposições contidas nos PLAMEGs não são a mera vontade de um político em demonstrar trabalho ou mesmo de uma estratégia política na tentativa de manutenção de determinada coligação partidária no poder. Isto seria, conforme Chasin (2000), reduzir a totalidade da vida ao fenômeno político, o que o autor denomina de politicização da totalidade como uma forma de oposição ao discurso econômico.

Ao fazermos uma leitura aprofundada, dos documentos (PLAMEG I e II) buscando as determinações sociais dos discursos, assim como a base ontológica das ideias, percebemos que a primeira vista o debate se resume a esfera do político. Mas ao buscarmos um olhar para além da aparência encontramos perspectivas e proposições para o desenvolvimento das forças produtivas, de racionalização das diversas esferas sociais e de aprofundamento do Estado do Ceará nas relações capitalistas de produção. As concepções de Virgílio Távora carregavam forte influência dos planos pragmáticos dos militares, mesclando concepções tecnocráticas-economicistas, com uma visão geopolítica-militar do desenvolvimento nacional.

¹⁴ No presente momento da pesquisa, ainda estamos investigando a origem dos financiamentos destes investimentos e o que de fato foi empregado na prática.

Tais proposições ficam evidentes nas propostas de modernização da agricultura, assim como na inserção de financiamentos de crédito e na isenção fiscal, assim como nas propostas de industrialização. Ora vejamos o que significa a modernização da agricultura, se não, transformá-la em uma agricultura nos moldes do racionalismo capitalista, trazendo consigo um aumento da produtividade, liberando mão de obra do campo para a cidade, além de criar um excedente alimentar para as populações urbanas.

A proposta de desenvolvimento da iniciativa privada fica nítida em várias partes do documento I PLAMEG, como na passagem seguinte:

O plano não objetiva uma planificação global da economia, mas, tão somente, a ordenação prioritária dos investimentos do próprio governo, a par do estabelecimento de mecanismos adequados de incentivo e promoção da iniciativa privada” (CEARÁ, 1963, p.1).

Aqui fica evidente o caráter atrofico da burguesia que necessita do Estado para se desenvolver e da indissociabilidade na prática, da esfera pública e privada. Além do mais é valido lembrar que os planos de governo estavam em consonância com o governo federal, sobretudo com as propostas da SUDENE.

O movimento histórico veio a demonstrar que nem todas estas propostas se concretizaram (causalidades) para aquele contexto, mas ao entendermos que a história é constituída por movimentos de permanência e rupturas, acreditamos que as teleologias (planejamento), as bases ontológicas do recente processo de modernização do Ceará vem de tais proposições e daquele contexto. Colaborando com nossa assertiva Alencar Júnior afirma que

Apesar de Tasso Jereissati procurar se distinguir programaticamente de Virgílio, ao exercer o governo estadual não vacilou em adotar a política industrial formulada por Virgílio. Algumas mudanças nessa política foram promovidas por Tasso apenas em 2002, durante o seu terceiro mandato de governador. (ALENCAR JÚNIOR, 2006, p.18).

Neste sentido, entendemos que o atual processo de modernização e reestruturação socioespacial pelo qual o Estado do Ceará vem passando desde a década de 1980, 1990 e anos 2000, nasceu na conjuntura histórica da década de 1960 e 1970 estando grande parte dos projetos em setores como indústria, agricultura e turismo, contidos nos Planos de Metas Governamentais I e II PLAMEG (1963-1966) (1978-1983), elaborados por Virgílio Távora.

Concordamos com as assertivas de Teixeira (1995) de que foram os “coronéis”¹⁵, os verdadeiros agentes políticos da modernização, tendo a frente a figura política de Virgílio Távora. Mas Teixeira (1995, p.11) ressalva que essa modernização acima de tudo é a modernização do capital e não somente desses sujeitos em si. Aqui o indivíduo representa os interesses da classe a qual pertence e não aos dele próprio. Estas considerações são importantes para que não caiamos nas interpretações da história tradicional de cunho positivista que almeja apreender somente os fatos, elegendo personalidades como os grandes transformadores da história. Alencar Júnior (2006) em tese de doutorado denominada *Virgílio Távora: o coronel modernizador do Ceará*, afirma que no jogo dialético modernização-tradição, Virgílio Távora exerceu papel fundamental no processo de modernização do Ceará, assim como do Brasil.

Contribuindo para tais evidências, Parente (2004) assevera que a atuação de Virgílio Távora a frente do governo do Estado foi decisiva para a aceleração do Ceará na rota de consolidar-se como terceiro polo industrial no Nordeste, fato efetivado com todo seu potencial apenas na sua volta ao governo em 1979 por indicação de Geisel¹⁶. De acordo com este autor

Távora plantou, naquele primeiro momento – 1963-66 -, as bases desse processo que culminará numa industrialização mais intensa. A obra estrutural mais significativa nesse primeiro governo foi ter trazido a energia de Paulo Afonso para o Estado. No seu retorno ao governo (1979-1982), ele toma um conjunto de iniciativas que consolidará o processo de industrialização. Concretizada a infraestrutura de transporte, habitação, entre outros, para a instalação do distrito industrial de Maracanaú, na grande Fortaleza, houve o empenho pessoal para a aprovação de projetos privados pela SUDENE, no sentido de dar vida aquele empreendimento, até estimulando a implantação de empresas do Sudeste, naqueles setores tradicionais e mais identificados com a vocação industrial cearense, como o Grupo

¹⁵ O termo coronéis não corresponde especificamente as práticas políticas marcadas pelas relações patriarcais de mandonismo e de dependência em si, visto que a base de sustentação do poder daqueles já havia sido extintas com o projeto de modernização conservadora do regime autoritário que centralizou o poder, que de acordo com Oliveira (s/d), praticamente anulou e extinguiu o poder dos coronéis e do próprio coronelismo. (OLIVEIRA, 1993). Naquele contexto histórico em específico, o Estado do Ceará foi governado por engenheiros militares com patente de tenentes-coronéis (os chamados três coronéis) Cel. Virgílio Távora (1963-1966; 1979-1982), Cel. César Cals (1971-1975) e pelo Cel. Adauto Bezerra (1975-1978).

¹⁶ É interessante atentar que Geisel foi companheiro de turma de Virgílio Távora na Escola Superior de Guerra, onde estabeleceram laços de amizade que influenciariam nesta indicação. Informações retiradas do acervo de Virgílio Távora, situado no Arquivo Público do Ceará.

Gerdau, Vicunha, Têxtil Machado, Artex, entre outras (PARENTE, 2004, p. 398).

A análise do I e II Plano de Metas Governamentais deixa nítido que para a garantia do desenvolvimento e modernização do Ceará, seria preciso desenvolver as forças produtivas através da industrialização e de outras atividades. Para tanto, reconhecer o território, suas potencialidades e barreiras e, sobretudo dotar este de infraestruturas que permitissem o desenvolvimento industrial se fazia necessário, tendo a expansão do setor elétrico fundamental importância para tais objetivos. Isto ficou evidente após a leitura do I PLAMEG e em documentos que embasaram a elaboração do mesmo, assim como no discurso de Virgílio Távora, a 1º de fevereiro de 1965, quando da chegada da energia elétrica em Fortaleza.

No fragmento de texto a seguir, retirado dos manuscritos do Plano de Metas - Setor de Eletrificação encontramos o seguinte escrito que embasa nossas assertivas:

Um dos principais pontos de estrangulamento da economia cearense é a carência de energia elétrica, razão pela qual o Plameg dá especial destaque às metas do setor energia, sem os quais não será possível dar partida ao desenvolvimento do Estado. O setor energético assume capital importância no planejamento, vez que o objetivo central do Governo é dar ao Ceará as pré-condições para o arranque. (CEARÁ, 1963, p.1).

Nas diretrizes para a consolidação de infraestruturas econômicas do I PLAMEG temos como primeiro ponto apresentado, o setor elétrico, estando assim descrito no documento:

(15) energia - aumento da disponibilidade da energia elétrica através de investimentos ou em convênios com órgãos governamentais, especialmente SUDENE, CHESF e DNOCS, de modo a conduzir até Fortaleza a rede de transmissão de Paulo Afonso. (CEARÁ, 1963, p.III).

Como podemos observar a chegada da energia da hidrelétrica de Paulo Afonso era fundamental para a consolidação de uma série de infraestruturas e para tanto exigia toda uma articulação governamental com órgãos que extrapolavam os limites estaduais. De fato as reflexões lançadas nos documentos são bem importantes para entendermos a relação criação da infraestrutura elétrica com a industrialização, nos levando a indagar se somente

os incentivos fiscais do 34/18 da SUDENE seriam responsáveis pela atração de indústrias para o Ceará.

Em discurso ao Senado Federal em 1973 (BRASIL, 1974) sobre a questão da implantação do terceiro polo de desenvolvimento do Nordeste, Távora assinalou que apesar dos méritos, “o sistema 34/18 tendia a beneficiar mais diretamente determinadas áreas e atividades, gerando, no plano regional situação de desequilíbrio na distribuição espacial da renda”(…) (p.14).O mesmo ainda acrescentava que existia grande concentração dos recursos nos Estados mais ricos (Pernambuco e Bahia), que tinham absorvido cerca de 80% dos incentivos aprovados pela SUDENE.

No que concerne a matriz energética, para termos ideia, até o final da década de 1950 e início de 1960, a fonte de energia predominante no Ceará era de energia térmica e o percentual da participação do setor industrial nos anos de 1950 era de 10% da economia (IBGE, 1950). Conforme dados retirados do Plano de Ação Integrada do Governo do Ceará – PAIG (1967-1971) esta fonte correspondia para o ano de 1960 em 98,9 % do total de energia do Estado.

Conforme Linhares (1996) nos anos de 1950 a situação cearense em termos de eletrificação era preocupante, sobretudo na capital. Constantes eram as quedas de energia. A falta de energia também impedia uma efetiva industrialização no Estado segundo Linhares (1996, p. 160) que afirmava “não era possível pensar em industrialização, pois as empresas existentes eram obrigadas a ter os seus próprios geradores, o que onerava, sobretudo, os custos de produção”. Sobre esta questão, Amora (1978, p.21) assinalou que “Em Fortaleza, até bem pouco tempo, as condições necessárias à industrialização eram precárias, sendo um dos mais sérios entraves à deficiência no fornecimento de energia elétrica”.

Nos escritos do I PLAMEG ainda encontramos a seguinte passagem no que concerne ao papel da energia elétrica para o desenvolvimento econômico do Estado,

O desenvolvimento econômico depende diretamente da disponibilidade de energia. É impraticável a expansão industrial e, sob certos aspectos, a melhoria da produtividade agrícola, sem o suprimento energético estável e a preços razoáveis, igualmente, as

condições de vida do homem, para que sejam aceitáveis, estão estreitamente subordinadas à intensa utilização desse fator. (CEARÁ, 1966, p.37).

Assim, desde meados da década de 1950, começa a luta pela chegada da energia elétrica da Companhia Hidrelétrica do São Francisco - CHESF para Fortaleza, assumindo papel importante neste contexto à figura política de Virgílio Távora, criador do Plano de Eletrificação do Ceará, e responsável por estabelecer mediações políticas com a CHESF, governo Federal e SUDENE para a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso para Fortaleza¹⁷.

O Plano de Eletrificação do Ceará foi composto pelos seguintes órgãos: Companhia Hidroelétrica de Paulo Afonso – CHESF, Companhia de Eletrificação Centro-Norte – CENORTE, Companhia de Eletrificação do Cariri – CELCA, Companhia de Eletrificação Rural – CERNE, Companhia Nordeste de Eletrificação de Fortaleza – CONEFOR, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS e Departamento de Energia da Secretaria de Viação, Obras, Minas e Energia – SEMOVE, sendo constituído pela implantação de um sistema de linhas troncos partindo da hidrelétrica de Paulo Afonso, atingindo o sul do Ceará (município de Milagres), se estendendo para o restante do Estado com o intuito de beneficiar 144 centros urbanos.

A energia de Paulo Afonso foi inaugurada na cidade de Fortaleza em 1º de fevereiro de 1965 e trouxe consigo todo um clima de esperança para o desenvolvimento do Estado conforme discurso de Virgílio Távora (1965, p.8) na inauguração da energia de Paulo Afonso em Fortaleza ao afirmar ser a energia elétrica “maravilhoso instrumento de progresso e civilização”.

Como percebemos, a esperança no progresso, a partir da eletrificação do Estado foi imensa, e neste sentido indagamos: Qual a relação da chegada da energia elétrica de Paulo Afonso com o processo de industrialização? O que significa a eletrificação para a produção de bens de consumo? O que significa a eletrificação assim como a industrialização para a criação de um modo de vida pautado no modo de produção capitalista?

¹⁷É importante atentar que tanto no Plano Nacional de Eletrificação datado de 1954, assim como no Plano inicial de expansão de energia da CHESF, Fortaleza ficava fora, vindo a energia somente até o Cariri.

LIMA, A.M. & MENELEU NETO, J. A geopolítica de uma modernização: planejamento e expansão capitalista no Ceará de 1960-1980. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 149-171, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

É indiscutível o papel assumido pela eletricidade no desenvolver das forças produtivas, para aceleração do processo produtivo e aprimoramento técnico na produção. A própria eletrificação é em si uma expressão do avançar das forças produtivas e um dos símbolos de modernização na sociedade capitalista. No caso da realidade cearense, a chegada desta infraestrutura, foi uma das bases fundamentais, fator crucial para a atração de indústrias para Fortaleza, o que beneficiou inclusive a transformação do Ceará no III Polo Industrial do Nordeste.

De acordo com a SUDEC (1971, p.18) a energia de Paulo Afonso já se espalhara por quase todo o Estado do Ceará, e já em 1969, todos os sistemas que constituem o Plano Geral de Eletrificação recebiam a energia de Paulo Afonso, exceto o Sistema Jaguaribe, cuja linha de transmissão Banabuiú-Russas, em 230 kW, iniciada, não foi concluída. A concretização desta infraestrutura coincidiu com a segunda fase de implantação industrial em Fortaleza, conforme periodização estabelecida por Amora (1978, p.21) e mesmo com a aprovação de 72 projetos industriais pela SUDENE somente para a capital cearense. Acreditamos que os incentivos fiscais foram muito importantes para a atração de indústrias, mas para tanto foi necessário preparar o território com as infraestruturas necessárias, tendo o processo de eletrificação, papel fundamental.

Com a chegada da energia elétrica a baixo custo, da usina de Paulo Afonso, se tornou mais viável a instalação de investimentos industriais no Ceará. Evidenciamos isto nos dados retirados do censo industrial do IBGE (1960, 1970, 1980), sobretudo no que concerne ao número de estabelecimentos industriais, onde tínhamos 2.233, em 1960, 4.043 em 1970, passando para 5.758 em 1980. Fato de destaque é o crescimento das indústrias de transformação passando respectivamente de 2.169, no ano de 1960 para 3.890 em 1970 e 5.642 em 1980.

Com o desenvolver desta atividade, também começou a se notar diferenças na estrutura ocupacional expressando para o mesmo recorte temporal o número de 20.194, 65.150 e 96.869 trabalhadores no setor, crescimento significativo se comparado com a década de 1950. O setor terciário também passou por modificações, sobretudo no comércio onde o

LIMA, A.M. & MENELEU NETO, J. A geopolítica de uma modernização: planejamento e expansão capitalista no Ceará de 1960-1980. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 149-171, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

número de estabelecimento era 16.366 e o pessoal ocupado era de 28.822 no ano de 1960, passando na década seguinte para 34.476 e 59.437 respectivamente.

Dados retirados do documento, *Balço Energético do Ceará* para o ano de 1983, evidenciam mudanças no padrão de consumo de energia elétrica no Estado que até o início da década de 1960 tinha predominância da lenha. A participação do consumo de energia elétrica no setor residencial em 1980 foi de 19,1% passando para 21,6 % em 1981, ficando atrás somente da lenha com 60,2% e 58,7 % para os mesmos anos. No setor comercial o consumo de energia elétrica assumiu a dianteira com 79,4% e 84,4% para os anos de 1980-81. No ano de 1981 a participação do consumo de eletricidade no setor de serviços públicos chegou 98,6% e o setor industrial chegou a 36,3% ficando em segundo lugar a lenha, com cerca de 22,2% no mesmo ano.

A análise da estatística nos permite afirmar a existência de um processo de transição econômica para a realidade cearense na década de 1980. Passando de uma economia agrário-exportadora, para uma economia de caráter urbano, pautada no consumo de bens industriais, no consumo de serviços urbanos, na subordinação das atividades do campo a cidade e ao urbano, concretizando o que Lefebvre (2004) denomina de expansão do tecido urbano. Isto fica mais evidente na atual conjuntura, onde dados do IPECE (2012) apresentam a predominância setorial dos serviços com 70,4% e o setor industrial com 24,5%, fato que nos leva a crer estarmos vivenciando com mais intensidade o processo de urbanização da sociedade, assinalando assim, para um maior aprofundamento das relações de produção e troca capitalistas e nas suas inerentes contradições.

2. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise documental sobre o planejamento estatal cearense nos trouxe evidências para entendermos os recentes processos de modernização da esfera produtiva, da expansão das forças produtivas capitalistas em território cearense, assim como o de identificar o papel dos sujeitos históricos (tão esquecidos na geografia), para a produção do espaço. Ao analisarmos o papel

da eletrificação como um símbolo e uma evidência da modernização, podemos concluir que na realidade cearense, esta foi fundamental junto com os incentivos fiscais para a atração de indústrias e para transformações socioeconômicas no Estado cearense, assim como na concretização do modo de vida urbano capitalista que se tornou bem mais evidente nas relações de trabalho, de consumo e troca.

Mas a particularidade cearense evidencia que em países de passado colonial, de capitalismo *híper-tadio*, caso brasileiro, a modernização não ocorre de forma espontânea e articulada com a sociedade, demonstrando um caráter hiper conservador. Além do mais, o grande agente, carro chefe dos projetos modernizantes foi o Estado, através do planejamento estatal capitalista baseado nas teses do nacional desenvolvimentismo e das teorias cepalinas.

O planejamento estatal elaborado por Virgílio Távora demonstra um conjunto de estratégias com fins no desenvolvimento capitalista e evidencia o caráter conservador das transformações no Brasil, onde as modificações se dão “pelo alto” e sem a participação popular. Outra característica desse capitalismo atrofico é a dependência externa evidente, onde parte dos recursos financeiros para tais projetos vinham da Aliança para o progresso, do Eximbank¹⁸ etc.

O papel das mediações políticas, através de uma visão estatal geopolítica, nos permitem assinalar que para o desenvolvimento das forças produtivas no Ceará no período de 1960 a 1980, sobretudo para o processo de industrialização, seria necessário, antes de mais nada, modernizar o território, dotar o mesmo de infraestruturas, tendo a eletrificação papel base neste quebra-cabeça de inserção cearense na tragédia fáustica do desenvolvimento.

Referências Bibliográficas

ALENCAR JÚNIOR, José Sydrião de. **Virgílio Távora: O coronel modernizador do Ceará.** Tese de Doutorado – Programa de Pós-Graduação em Sociologia- Universidade federal do Ceará. – Fortaleza, 2006.

AMORA, Zenilde Baima. **As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste.** Dissertação de mestrado - Área de

¹⁸ Informações retiradas do acervo de Virgílio Távora situado no Arquivo Público do Ceará.

LIMA, A.M. & MENELEU NETO, J. A geopolítica de uma modernização: planejamento e expansão capitalista no Ceará de 1960-1980. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 149-171, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

Geografia Humana. Departamento de Geografia. FFLCH, São Paulo: USP, 1978.

BERMAN, Marshal – **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade; tradução Carlos Felipe Moisés, Ana Maria L. Ioriatti – São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. **A ostentação estatística** (um projeto geopolítico para o território nacional: Estado e planejamento no período pós-64). Tese de Doutorado. Área de Geografia Humana. Departamento de Geografia. FFLCH, São Paulo: USP, 2007.

CHASIN, José. **A miséria brasileira: 1964-1994 – do golpe militar à crise social – Santo André (SP): Ad Hominem, 2000.**

___ **O integralismo de Plínio Salgado**: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio. 1. ed., São Paulo: Livraria Ciências Humanas, 1978.

LAFER, Betty Mindlin. **Planejamento no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAFER, Celso. O planejamento no Brasil – observações sobre o Plano de Metas (1956-1961). In: **Planejamento no Brasil**. 3. ed., São Paulo: Perspectiva, 1975.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana** – Belo Horizonte: UFMG, 2004.

LINHARES, Marcelo. **Virgílio Távora: sua Época**. Fortaleza: Casa de José de Alencar – Programa editorial, 1996.

LUKCÁS, Gyorgy. **Introdução a uma estética Marxista**: sobre a categoria da particularidade. Tradução Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro, 1978.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Meio ambiente e ciências humanas**. 4. ed. – São Paulo: Annablume, 2005.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflitos de classes**. 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

___ **Crítica a razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

___ **O PT dos empresários**: anacronismo ou modernidade do grupo Jereissati. Departamento de Sociologia da USP, Mimeo. 1993

PARENTE, Josênio C. O Ceará dos “coronéis” (1945-1986). In: SOUZA, Simone de (Org.). **Uma nova história do Ceará**. 3. Ed.rev. atual. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2004.

SILVA, Armando Corrêa da Silva. **De Quem é o pedaço?** Espaço e cultura. Editora Hucitec, São Paulo, 1986.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. **CIC: “A Razão Esclarecida” da FIEC**. Fortaleza: IMOPEC, 1995.

Fontes documentais:

BRASIL-IBGE. **Censo Industrial do Ceará**. VIII RECENSEAMENTO GERAL – 1970. série regional; Volume IV – Tomo VII, Rio de Janeiro, 1974.

LIMA, A.M. & MENELEU NETO, J. A geopolítica de uma modernização: planejamento e expansão capitalista no Ceará de 1960-1980. Revista GeoUECE - Programa de Pós-Graduação em Geografia da UECE Fortaleza/CE, Número Especial, p. 149-171, dezembro de 2014. Disponível em <http://seer.uece.br/geouece>

_____. **Censo Industrial: Dados Gerais, Brasil. IX RECENSEAMENTO GERAL – 1980. Volume 3 – Tomo 2, parte 1 – número 9; Rio de Janeiro, 1980.**

BRASIL. **Trabalhos legislativos de 1973 – Senador Virgílio Távora discursos.** Brasília, 1974.

CEARÁ, **Balço energético estadual**, 1983. Fortaleza: Companhia de Eletricidade do Ceará - Coelce.

CEARÁ. **Mensagem do governador Virgílio Távora a Assembleia Legislativa.** Fortaleza: Imprensa Oficial, 1966.

CEARÁ. **Plano de Metas Governamentais – I Plameg, 1963-1966.** Fortaleza, 1963.

_____. **Plano de Metas Governamentais – II Plameg 1979-1983 – Programação,** Fortaleza, 1979.

_____. **Plano de Metas Governamentais – II Plameg 1979-1983 – Diagnóstico,** Fortaleza, 1979.

CEARÁ - Sudec. **Uma tentativa de planejamento no Estado do Ceará – o Plano de Metas governamentais.** Fortaleza, 1965.

_____. **Estudo geo-sócio-econômico do Estado do Ceará.** Fortaleza, v.2, Sudec – Serviço de biblioteca e documentação s/d [...].

IPECE-CEARÁ. **Síntese dos principais indicadores econômicos do Ceará – 2012.** Disponível em:

http://www.ipece.ce.gov.br/publicacoes/indicadoreseconomicos/1_2_Estrutura_por_Setores_e_Atividades_Tab2.pdf. Acesso em: 30 jun. 2013.

TAVORA, Virgílio. **A chegada da energia de Paulo Afonso em Fortaleza. Discurso proferido pelo Exmo. Sr. Governador do Estado, na Praça Otavio Bonfim no dia 1º de fevereiro de 1965.** (Festa do século). Fortaleza: Imprensa Oficial, 1965.